



MISSIONÁRIA DA SAGRADA FACE

BEATA MARIA PIERINA DE MICHELI

Revista trimestral das Filhas da Imaculada Conceição de Buenos Aires
Autorização do Tribunal de Roma n° 201/2009 de 18/06/2009

ANO XXIX - Nova Série
Via Asinio Pollione, 5 - 00153 ROMA - Tel. 06.5743432



Com a aprovação do Vicariato de Roma

Diretor: Nicola Gori

Para solicitar a vida, as imagens da Beata como sinal de graças e favores obtidos por sua intercessão, favor contatar:
Filhas da Imaculada Conceição de Buenos Aires
Via Asinio Pollione, 5 - 00153 Roma
Email: madreperina@gmail.com

C/C postale 82790007

C/C bancario: IBAN IT 34 F 02008 05012 000004059417
presso UNICREDIT BANCA

Design e layout: Raffaele Gitto - Foggia

Tipografia Ostiense - Roma - Via P. Matteucci, 106/c

Acabado de imprimir no mês de junho de 2023



MISSIONÁRIA DA SAGRADA FACE

BEATA MARIA PIERINA DE MICHELI



153

ABRIL/JUNHO 2023

SUMÁRIO

O DOM DA INDULGÊNCIA:
NO CORAÇÃO DO MISTÉRIO
DA REDENÇÃO

Cardeal Mauro Piacenza

3

A VITÓRIA
DO ESPÍRITO DE CRISTO

Padre Luca di Girolamo

12

Maio é um mês querido para a Beata Maria Pierina De Micheli. De fato, no dia 23 de maio de 1915, ela emitiu os votos perpétuos na Congregação das Filhas da Imaculada Conceição, em Buenos Aires. Assim, entrou definitivamente no Instituto fundado em Buenos Aires pela Venerável Madre Enfrásia Iaconis. Sua doação a Deus foi total e, a partir daquele momento, professou os votos religiosos de pobreza, castidade e obediência entre as Filhas da Imaculada Conceição. Sua existência tornou-se uma oferta contínua de amor e sacrifício, não apenas para imitar o exemplo de Maria e confiar-se aos seus cuidados maternais, mas para difundir a devoção à Sagrada Face de Jesus, conforme solicitado pela própria Virgem.

Sabemos o quanto ela levou a sério esse compromisso e como o realizou com zelo e coragem, apesar de todas as dificuldades e obstáculos. Em seu Diário, ficamos sabendo que não faltaram sofrimentos espirituais e ataques do demônio, que não queria que a devoção à Sagrada Face se propagasse. Entretanto, Madre Maria Pierina nunca perdeu a esperança e sempre se abandonou com confiança ao Senhor, mesmo quando as provações se tornaram mais difíceis e tudo parecia desabar sobre ela.

Portanto, quem conhece a vida da Beata considera o mês de maio fundamental para sua existência, pois a promessa dos votos a colocou definitivamente no plano de Deus e a tornou disponível para escutar o Espírito.

Vale a pena lembrar que a vida espiritual da Madre foi marcada pela participação nos Sacramentos, particularmente na Eucaristia e na Confissão. Daí o convite a refletir sobre o dom das indulgências que a Igreja oferece a seus membros para libertá-los de todas as escórias do pecado. Vale a pena tirar proveito dessa riqueza para nossa vida espiritual.

A redação



O DOM DA INDULGÊNCIA: NO CORAÇÃO DO MISTÉRIO DA REDEÇÃO

Publicamos a Lectio Magistralis do Cardeal Mauro Piacenza, Penitenciário-Mor, durante o XXXIII Curso sobre o Fórum Íntimo, promovido pela Penitenciária Apostólica, terça-feira, 21 de março de 2023.

O tema desta *Lectio* é o dom da indulgência.

Poderíamos nos perguntar qual é o significado disso, em uma época marcada por um secularismo cada vez mais assustador, que torna os homens, em geral, e às vezes até os nossos fiéis, incapazes de elevar o olhar para o Céu, todos voltados para as coisas terrenas, para as necessidades terrenas, embora necessárias, mas distraídos do Único necessário, daquilo que é verdadeiramente indispensável:

o olhar para o Céu e a relação pessoal com Deus.

Justamente em uma época secularizada como a nossa, o aprofundamento desse tema assume um profundo valor profético, especialmente para os mi-



nistros da reconciliação.

Dividirei a *Lectio* em três partes, olhando primeiro para o horizonte doutrinal, depois para o horizonte histórico e, por fim, para o horizonte espiritual e pastoral.

1. Horizonte doutrinal

«A indulgência é a remissão diante de Deus da pena temporal devida pelos pecados, já remidos quanto à culpa, que o fiel, devidamente disposto e sob certas condições, adquire por intervenção da Igreja, a qual, como ministra da Redenção, dispensa e aplica autorizadamente o tesouro das satisfações de Cristo e dos santos» (*Enchiridion Indulgentiarum*, n. 1).

Como é evidente, estamos no coração do mistério da Redenção, no coração da obra de Cristo encarnado, que morreu e ressuscitou por nós e para nossa salvação.

De particular importância para a compreensão da doutrina das indulgências é a “dimensão temporal”, à qual o texto se refere, e que lembra um fato que hoje é frequentemente esquecido: a dimensão histórica estrutural do cristianismo.

As muitas “reduções” da fé católica, que temos diante de nossos olhos: da redução moralista à espi-



ritualista, da redução social à humanitária, nos chamam com urgência cada vez maior a evitar cuidadosamente os erros, e até mesmo as heresias, que no passado se mostraram devastadores. A dimensão histórica do cristianismo é o primeiro grande antídoto contra qualquer tendência ao gnosticismo ou explicitamente gnóstica que, em última análise, empurra o homem para falsas concepções de autorredenção ligadas ao conhecimento subjetivo.

Se a salvação não estiver ligada ao evento histórico da encarnação e morte de Cristo na cruz – e, é claro, à Sua ressurreição – não é salvação cristã! Em muitos lugares, as sirenes do mundo soam em uníssono para que a fé no Cristo Ressuscitado seja reduzida a um vago deísmo, esvaziado do fato da Encarnação, moralista, mas sem as razões de uma moralidade autêntica, e com uma vaga sugestão terapêutica, vinculando o julgamento da verdade e do bem apenas ao sujeito e ao próprio “sentimento mutável”.

Sabemos como esse regime pode ser mortal para nossas

almas e para as almas dos fiéis que nos foram confiados. O perigo é generalizado e é necessário e urgente reiterar sempre que Cristo é o Único Salvador e que somente n'Ele há salvação. Qualquer outra possibilidade de salvação, se for realizada, é somente por meio dos méritos de Cristo na Cruz e não sem a mediação de Seu Corpo, que é a Igreja.

Nosso Redentor, verdadeiro Deus e verdadeiro Homem, deu tudo de si e derramou Seu Sangue para a salvação da humanidade. Esse Sangue, do qual uma única gota poderia ter salvado o mundo (*"Cuius una stilla salvum facere totum mundum"*), foi, de fato, totalmente derramado pelo nosso Redentor em abundância, em uma superabundância de misericórdia, pela qual nunca poderemos estar adequadamente conscientes ou suficientemente gratos.

É essa abundância de misericórdia, perenemente atualizada e renovada no Sacramento da Reconciliação, vê a Igreja como sua principal guardiã. Por essa razão, "autoritariamente", isto é, usando a autoridade apostólica que o próprio Cristo lhe conferiu, a Igreja, com sabedoria e prudência, obtém do tesouro da Misericórdia divina não só o perdão dos pecados cometidos pelos fiéis depois do Batismo, mas também a remissão das penas temporais a eles ligadas.

A alegre proclamação das indulgências é, então, uma só: é possível tornar-se santo e viver santamente já nesta vida terrena, aceitando, sempre que necessário, o dom da Misericórdia divina e vivendo permanentemente no abraço amoroso de Deus, que sempre renova o seu "sim" a nós, também através do dom da indulgência.

Em um horizonte secularizado até na linguagem, como aquele em que estamos imersos, não é fácil falar de indulgências ou da remissão de penas temporais. Penso, porém, que podemos apresentar adequadamente esse dado de fé, interpretando-o em chave relacional: assim como a amada tem sempre o coração aberto para o amado e anseia por ele, assim a alma é chamada a uma tensão permanente para com o seu Senhor; uma tensão alimentada, orientada e permanentemente sustentada pelo dom eclesial da indulgência.

Acima de tudo, as indulgências parciais (que eu também poderia definir "indulgências dos dias da semana"), que podemos obter várias vezes durante o dia, por meio de uma jaculatória, de um gesto penitencial, da leitura de um versículo da Escritura, de um ato de caridade, mantêm constantemente nosso coração aberto a Deus e

nosso olhar voltado para o céu.

E o que é a vocação para a santidade senão o chamado a olhar para o alto, a ter o coração ferido e, portanto, aberto para Nosso Senhor e Sua Mãe Santíssima, orientando cada gesto, cada palavra, cada respiração para o Único de quem precisamos, para o Senhor e Salvador de nossas vidas, da Igreja e do mundo?

Se pararmos por um momento para refletir, juntamente com nosso assombro diante da obra da Criação e da Redenção, fica claro como as indulgências não estão localizadas apenas na esfera redentora, mas, por sua riqueza, nos impulsionam para o terceiro grande movimento da história da salvação: a santificação. Nesse sentido, as indulgências certamente mantêm um valor expiatório, mas é sempre oportuno destacar também sua preciosidade relacional e espiritual e, assim, apoiar a jornada pessoal de santificação.

Um último elemento doutrinário das indulgências, que faço questão de destacar, é sua dimensão profundamente eclesial e temporalmente transversal. As indulgências são, de fato, um dom que a Igreja faz, tirando do imensurável tesouro



da Misericórdia divina; portanto, elas despertam no coração dos fiéis a gratidão do filho para com a Mãe que supre todas as suas necessidades. Ao mesmo tempo, elas fortalecem a *communio sanctorum*, a comunhão dos santos, porque também se aplicam aos nossos irmãos e irmãs falecidos, ainda no caminho da purificação rumo à plena visão beatífica. Nesse sentido, as indulgências atravessam e quase rompem os limites espaço-temporais de nossa existência terrena e são como uma antecipação da vida ressuscitada, que já recebemos no Santo Batismo e da qual, com muita frequência, não estamos adequadamente conscientes.

É evidente como a catequese sobre as indulgências pode – e talvez deva – ser um ponto de chegada certamente posterior à proclamação de Cristo, de Sua obra de Salvação, da Igreja como Seu Corpo visível, dos sacramentos e, em particular, da Eucaristia, como atualização da obra de Cristo, da ressurreição da carne e da vida eterna, sem a qual é praticamente impossível falar de indulgências.

No entanto, muitas vezes a curiosidade e a devoção das pessoas também nos podem sugerir o

caminho oposto, ou seja, a partir de uma explicação adequada de uma prática piedosa de indulgência, é possível anunciar a grandeza do mistério da redenção e, com ele, o da santificação.

2. Horizonte histórico

Do ponto de vista histórico, é indispensável, quando se fala de indulgências, evitar um duplo reducionismo: aquele que não quer ver os limites e, às vezes, até os abusos, que na história existiram, e o oposto que demoniza o seu uso, desejando a sua extinção.

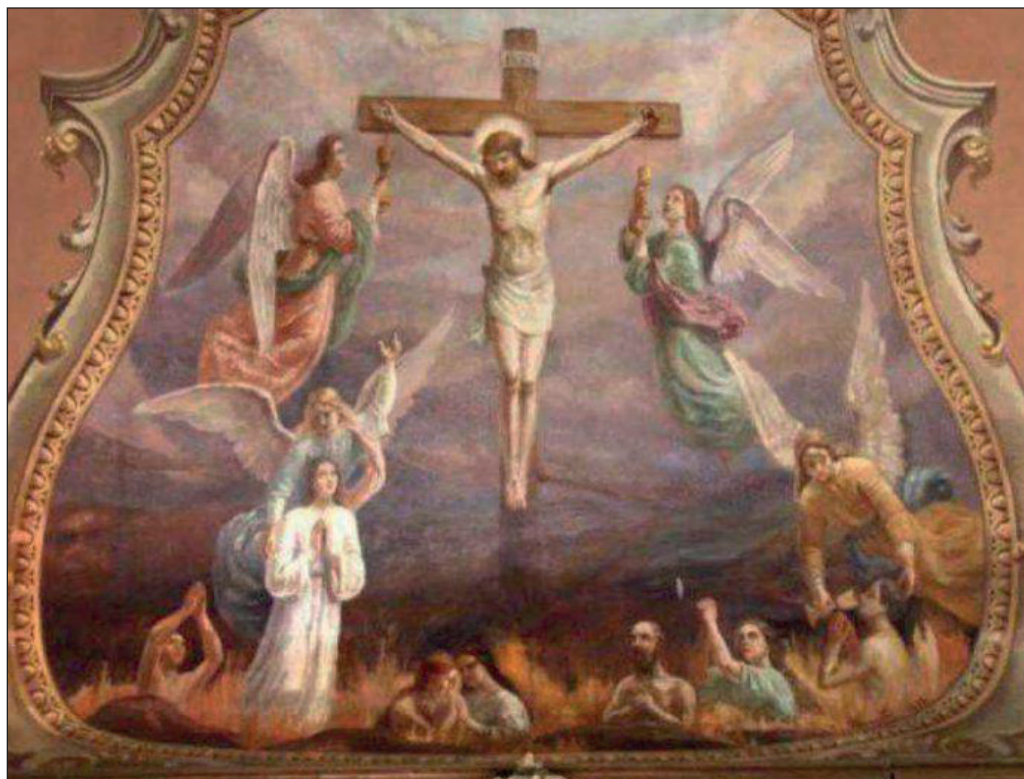
Ambas as posições não respondem nem à realidade histórica nem à substância teológica da indulgência.

Não pretendo oferecer-lhes agora uma análise aprofundada da história das indulgências na Igreja, mas podemos dizer que houve uma gradual tomada de consciência por parte da Igreja da vastidão do tesouro da Misericórdia divina e do conseqüente poder de a ela recorrer em benefício dos fiéis.

Se, desde o século I, os cristãos perseguidos sempre elevaram suas orações de sufrágio também pelos irmãos falecidos, é necessário esperar até o século XI para encontrar as indulgências propriamente ditas, que são, no entanto, “filhas” das *redemptiones*, em uso desde o século VIII, naqueles mesmos círculos monásticos irlandeses, aos quais, de fato, devemos a confissão auricular.

Não há dúvida de que a “monetização” das indulgências, ou seja, a tradução em ofertas tarifadas da penitência devida pelos pecados, certamente sofreu abusos gravíssimos ao longo dos séculos, sempre, porém, explicitamente deplorados e nunca representando o autêntico espírito das indulgências. No entanto, é necessário reconhecer como até mesmo a disposição de contribuir para as necessidades da Igreja, por meio de ofertas econômicas e de investir grandes fortunas nesse sentido, indicava a existência de um contexto cultural, social e religioso no qual o horizonte supremo era a salvação eterna, pela qual também era possível sacrificar grandes fortunas terrenas. Esse fato por si só, que certamente não pretende absolver os muitos abusos cometidos na história, em comparação com a situação atual em nossas sociedades, é suficiente para entender a inversão radical do horizonte.

Não devemos, portanto, cair no erro reducionista de descartar e silenciar apressadamente a questão das indulgências em nome de um ecumenismo mal compreendido com as comunidades da Reforma. De fato, sabemos que,



naqueles círculos, não só as indulgências foram deslegitimadas, mas a própria ação sacramental da Igreja, dotada por Cristo do poder de realizar a salvação obtida por Ele, foi incrivelmente reduzida e amputada, sem falar da função da Tradição e do Magistério.

O Concílio de Trento reafirma que «o uso das indulgências deve ser conservado porque são sumamente salutares para o povo cristão e com autoridade aprovadas pelos sagrados Concílios, enquanto condena aqueles que afirmam a inutilidade das indulgências e negam o poder existente na Igreja para concedê-las» (*Decreto sobre as indulgências*, Denzinger n. 1835).

O Vaticano II fez o mesmo, pedindo à Autoridade Suprema da Igreja que reelaborasse e simplificasse orgânica e sinteticamente a doutrina sobre as indulgências, solicitação que levaria à promulgação da Constituição Apostólica “*Indulgentiarum doctrina*” do Santo Padre Paulo VI em 1º de janeiro de 1967. Dessa Constituição Apostólica, o *Enchiridion Indulgentiarum* é um eco direto e uma tradução pastoral.

3. Horizonte espiritual e pastoral

Creio que os pastores da Igreja, além de conhecerem a autêntica história das indulgências para poderem responder com razoabilidade e serenidade às eventuais objeções ideológicas que possam encontrar, podem e devem conhecer adequadamente tanto a Constituição Apostólica do Santo Padre Paulo VI quanto o texto exato do *Enchiridion*, para pelo menos mencioná-lo em suas pregações e catequese e, sobretudo, para



fazer uso inteligente dele no diálogo da direção espiritual, da catequese e talvez da própria Confissão sacramental.

De fato, no importante percurso que leva do arrependimento à contrição, da tristeza imperfeita pelos pecados à consciência de que eles ofendem o Senhor Deus, pode desempenhar um papel fundamental um confessor atento e equilibrado, capaz de mostrar a distância real que o pecado coloca entre o fiel e Deus e, ao mesmo tempo, como a Misericórdia divina, gratuita e constante, é capaz de superar essa distância. Também aqui é necessário um equilíbrio constante, pois a alegria do perdão é diretamente proporcional à consciência lúcida, às vezes desencantada e até crua, da gravidade do pecado cometido. Não se deve acreditar, nem doutrinalmente nem pastoralmente, que julgar erroneamente os atos pecaminosos e identificá-los claramente possa dar algum fruto positivo.

Não é misericórdia mentir sobre o pecado, e muito menos é misericórdia deixar os fiéis em um estado de pecado por causa do medo do confessor de falar com os fiéis como um pai autorizado e um médico atencioso.

Somente uma misericórdia incompreendida, desprovida de realismo cristão, pode abdicar da tarefa muito séria de juiz e médico que Cristo confia aos Apóstolos e seus sucessores. Que Cristo confia a todo confessor!

Utilizando todos os meios do diálogo fraterno, da autêntica paternidade espiritual e ajudando os fiéis a perceberem a infinita bondade de Deus e a permanente disponibilidade do Senhor para cobrir e destruir, com o fogo da sua misericórdia, todo pecado, cada sacerdote tem o grave dever de admoestar o pecador sobre a gravidade da sua condição e, se não o fizesse, responderia por isso ele mesmo diante de Deus.

Dentro desse horizonte de paternidade autêntica e de *parrésia* evangélica, parece-me que se pode situar o papel medicinal da indulgência. Por um lado, ela mostra o peso do pecado, que, mesmo quando absolvido, traz consigo uma pena que deve ser expiada, reparada, para a salvação integral da pessoa. Por outro lado, mostra a grandeza, a amplitude e a profundidade da Misericórdia divina, que, desejando que todos os homens se salvem, dispõe da possibilidade objetivamente extraordinária de ver, já durante esta vida terrena, desatadas as cadeias de castigo devidas pelos pecados.

O que emerge, a esse respeito, é toda a urgência de uma formação adequada para todos os pastores da Igreja; não apenas a formação acadêmica, sobre a qual muito já poderia ser dito, mas também – e eu diria acima de tudo – a formação pastoral. E se até mesmo esse termo – “pastoral” – foi e é amplamente abusado, atribuindo-se a ele toda criatividade subjetiva injustificada possível, em nome de uma suposta proximidade tão eficaz quanto ineficaz com o povo, sabemos muito bem que tudo o que é pastoral só pode remeter para o único Bom Pastor.

A atenção à doutrina das indulgências mantém elevada a espiritualidade do sacerdote, o qual sabe que, diariamente, sobretudo pelo exercício do ministério que lhe foi confiado, pode obter uma indulgência plenária para si mesmo ou para um fiel falecido, e muitas vezes por dia pode obter indulgências parciais pelo simples fato de ser o que é. Por exemplo, uma indulgência parcial está ligada a uma catequese, oferecida ou recebida, à recitação devota do *Magnificat*, ao *Sub tuum praesidium* ou até mesmo ao simples sinal da cruz. Quantas vezes o sacerdote faz o sinal da cruz durante o dia, desde quando abre os olhos pela manhã, antes mesmo de sair da cama, até quando os fecha à noite, confiando toda a sua existência à Misericórdia

divina com o *Nunc dimittis*.

Se a qualidade da vida espiritual dos sacerdotes, inclusive por meio do conhecimento, da familiaridade e do uso das indulgências, for alta, o povo santo de Deus também será beneficiado.

As próprias condições estabelecidas para a obtenção de indulgências são um feliz caminho pastoral e espiritual a ser percorrido constantemente, tanto como ministros sagrados quanto como fiéis leigos.

As condições de confessar-se, de comungar, de recitar o Credo e de rezar de acordo com as intenções do Sumo Pontífice, em seu conjunto, representam um verdadeiro itinerário espiritual, capaz, se corretamente seguido, de passar da inimizade com Deus à plena comunhão com Ele, da distância do pecado, até mortal, ao abraço abençoador da Misericórdia divina.

A confissão sacramental traz consigo, de fato, a remissão de todos os pecados, mortais e veniais, cometidos

desde a última confissão, e exige do penitente uma verdadeira dor por eles, seja de arrependimento ou de contrição, que é o pré-requisito indispensável para ser validamente absolvido, juntamente com a intenção, fundada no valor insubstituível da liberdade pessoal, de não voltar a pecar. Se São João Maria Vianney nos recorda que “Deus nos perdoa mesmo sabendo que voltaremos a pecar”, um papel fundamental, precisamente por causa



do respeito devido ao inefável dom da liberdade que Deus nos concedeu, deve ser reconhecido na intenção presente de não continuar a cometer os pecados que se confessam. O eco dessa disposição fundamental se faz sentir também naquela exigência, típica para a obtenção da indulgência plenária, do “desapego de toda afeição ao pecado, também venial”.

Esta última condição, de todas, parece ser uma das mais difíceis de cumprir, pois a persistência de um desapego tão radical não parece ser de imediata e simples avaliação pessoal. Deve basear-se, no entanto, no ato pessoal da vontade: se os fiéis querem ser desapegados de toda afeição ao pecado, de fato já o são.

A segunda condição – a recepção da comunhão sacramental – baseia a experiência da indulgência na mais alta comunhão que se pode ter com o Senhor durante o tempo da vida terrena: a comunhão eucarística, que é também a comunhão física. Só Deus sabe o efeito extraordinário da piedosa recepção da Comunhão Eucarística, por meio da qual o próprio Deus, encarnado, morto e ressuscitado, em seu verdadeiro Corpo, Sangue,



Alma e Divindade, une-se à sua criatura, dando-lhe sua própria forma, ou seja, cristificando-a. Uma vez que o Pai reconhece em suas próprias criaturas a imagem do Filho, fica claro como a progressiva conformação a Cristo, determinada antes de tudo pela união sacramental com Ele e implementada e manifestada por uma existência vivida sob o signo da fidelidade à sua Palavra, é a condição primordial da plena comunhão com Deus, que chamamos Vida eterna e Paraíso.

A oração do Credo, portanto, funda a indulgência na profissão de fé objetiva da Igreja. Em nossa época, muitos desvios morais e doutrinários obscureceram e obscurecem a face da Noiva de Cristo! A profissão firme e humilde da fé niceno-constantinopolitana, com a consciência,

especialmente para nós, ministros, de sua seriedade e do caminho que a Igreja percorreu nos primeiros séculos para chegar a ela, torna-se uma condição para que o dom da indulgência seja obtido. Como se dissesse que não se pode separar a ortodoxia da ortopraxia, nem em favor da ortodoxia, como às vezes pode acontecer, nem muito menos em favor de uma suposta ortopraxia, como se um certo modo de agir para o cristão pudesse justificar ou “cobrir” as faltas ou deficiências de fé.

Este segundo aspecto da questão parece particularmente arriscado hoje, especialmente em um contexto no qual a grave secularização, na qual estamos imersos, poderia nos levar a querer ou ter que justificar nossa existência, como Igreja e como pastores, em função de uma suposta eficácia social de nosso existir e de nosso agir.

Não é assim!

Somos sacerdotes para dar ao mundo a vida eterna!

A Igreja existe para anunciar aos homens a salvação em Jesus Cristo e para dá-la a eles por meio da celebração dos sacramentos. Tudo o mais, embora belo e certamente obrigatório, é uma consequência, uma extensão do Reino de Deus que flui da fé.

A profissão do Credo, implícita ou explicitamente, insere o caminho da indulgência na fé de dois mil anos da Igreja, protegendo os fiéis dos possíveis desvios ou do enfraquecimento contínuo a que a autêntica profissão de fé sempre pode estar sujeita.

Por fim, a oração de acordo com as intenções do Sumo Pontífice lembra um duplo aspecto. O primeiro refere-se à autoridade de Pedro, o único que tem o poder de recorrer abundantemente ao tesouro da Misericórdia divina, concedendo aos fiéis, que ele confirma na fé, o dom das indulgências.

O segundo aspecto, que talvez pudéssemos definir como “de baixo para cima”, diz respeito à alma do fiel penitente individual que busca as indulgências: ele é chamado a se abrir ao dom da comunhão hierárquica, sabendo que na Igreja há uma ordem, estabelecida pelo próprio Cristo, que ninguém jamais poderá mudar; que o próprio poder da Igreja se limita ao que Cristo lhe confiou e lhe disse, e ela jamais poderá ir contra a Palavra de seu Senhor: Ela pode aprofundá-la, pode entender suas razões e perspectivas mais claramente, pode interpretá-la in *hodiernis adiunctis*, mas a Igreja nunca pode ir contra o que Cristo lhe disse explicitamente.

Nesse sentido, rezar segundo as intenções do Santo

Padre é um ato de confiança solicitado aos fiéis em relação ao sucessor de Pedro, cuja intenção, afinal, não pode ser outra senão a difusão do Evangelho, a unidade da Igreja e a salvação eterna das almas.

Poderíamos dizer, de forma concisa, que existe de fato uma única condição para receber a indulgência plenária, reconhecível na comunhão: na comunhão sacramental, por meio da Penitência e da Eucaristia; na comunhão da única fé, por meio do Credo; na comunhão hierárquica, por meio da oração pela pessoa e segundo as intenções do Romano Pontífice.

A esta altura, poderia parecer que a obtenção de indulgências é mais o ponto culminante de um caminho exigente de ascese do que a dádiva gratuita e descendente da Misericórdia divina. Mas não é assim.

Simplesmente, aterna Bondade de Deus, que tudo dá livremente, pede e respeita o tímido sim do homem, a tímida aceitação de nossa liberdade ferida, mas, contudo, sempre capaz de se abrir ao horizonte infinito do Amor, que se tornou visível em Jesus Cristo, feito carne no ventre da Santíssima Virgem Maria.

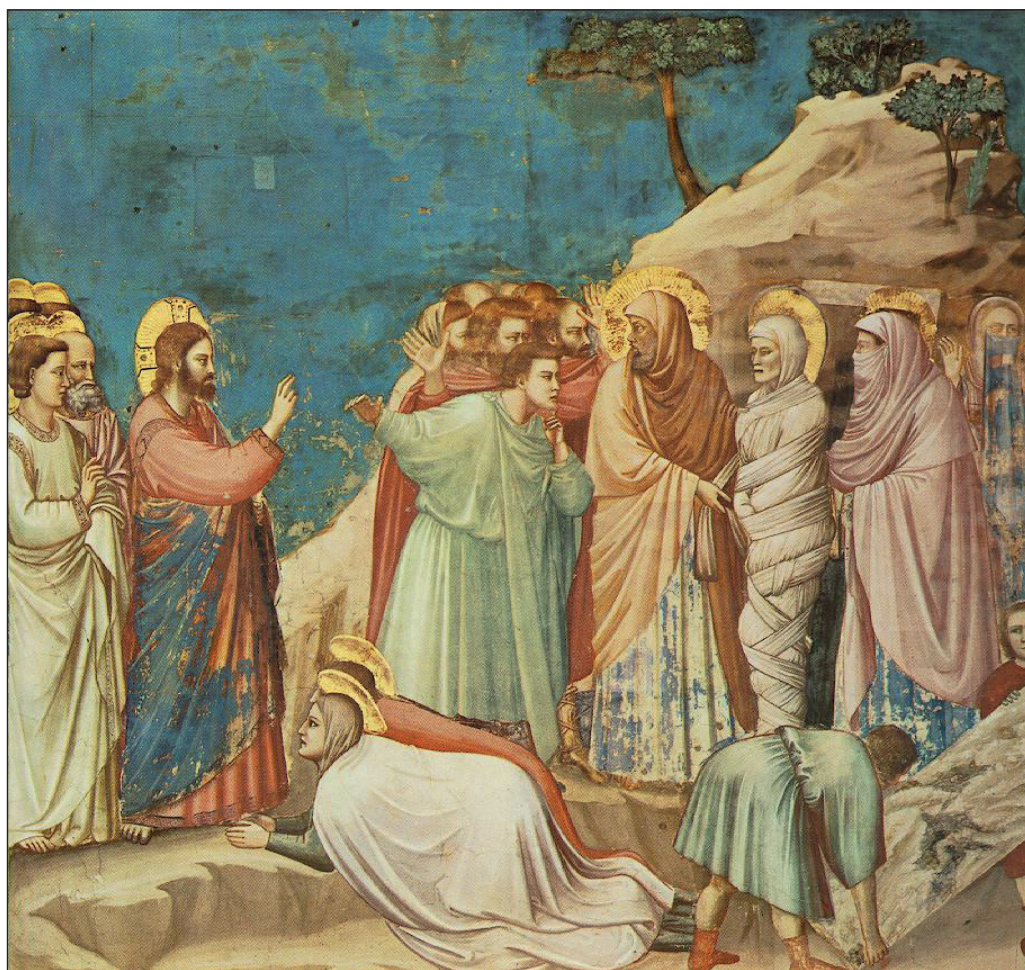


A VITÓRIA DO ESPÍRITO DE CRISTO

Publicamos a homilia proferida pelo Padre Luca di Girolamo, dos Servos de Maria, no domingo, 26 de março de 2023, na capela do Instituto do Espírito Santo, em Roma.

Estamos no último domingo da Quaresma, no qual a mensagem da liturgia da Palavra é a vida. A história de Lázaro nos dá a esperança de que a última palavra

do Senhor é Vida cheia de luz e aspergida com a água do Espírito. Essa riqueza torna mais fácil para nós nos desapegarmos do pecado pelo qual pedimos perdão.



HOMILIA: O episódio de Lázaro encerra o programa dominical da Quaresma e nos apresenta o terceiro elemento-chave da Páscoa, que é essencialmente o mais importante e decisivo, ou seja, a Vida: «Eu sou a ressurreição e a vida», diz o Senhor, e evidentemente ligar-se a Ele por meio da fé significa participar desse dom que o Senhor nos oferece e que vai além dos limites da natureza que conhecemos.

Também desta vez, como aconteceu com as outras duas imagens que vimos no 3º e no 4º domingo, a intervenção em palavras e ações de Jesus se coloca com força e, ao mesmo tempo, com delicadeza, em uma situação de negatividade: no episódio da Samaritana, dominava a ambiguidade, no do cego de nascença a impossibilidade de ver.

Hoje temos dois elementos que realmente nos assustam e que são o terreno onde a ação de Jesus se insere: a doença e a morte. Sobre essas realidades perturbadoras, Jesus opera o sinal.

No domingo passado, os discípulos perguntavam se o pecado tivesse condicionado o nascimento do cego, e Jesus deu a resposta que também encontramos hoje: «Esta doença é para a glória de Deus».

Uma resposta humanamente desconcertante, mas que sinaliza para nós uma nova maneira de ver a realidade. Mas também é uma frase que poderíamos usar hoje, pensando na glória de Deus, talvez identificando-a com a cessação de uma situação específica que estamos vivenciando, como uma guerra, por exemplo.

Mas Jesus vai além, com toda a sua carga de humanidade que o leva a comover-se, mas sem que esse sentimento e essa reação – totalmente compreensível, tratando-se de um amigo – o distraia do plano que compartilha com o Pai. Além disso, ele lembra aos discípulos que o bem e a luz estão associados um ao outro e que não se pode operar positivamente permanecendo na noite da existência. Um aspecto que ouvimos tanto no episódio da Samaritana como no do cego: a luz é a presença de Jesus («Eu sou a Luz do mundo»), as trevas aludem à ausência aparente durante a morte na cruz, quando Ele está aparentemente inativo. Isso tem um significado preciso!

Um Jesus que, a princípio, parece não sentir muito interesse pelo amigo.

Ele se move – não sem significado – no terceiro dia, o da Páscoa, no qual ocorre a recuperação da vida. Há o anúncio de uma doença e de uma sucessiva morte e há uma aparente perda de tempo, da qual parece que Jesus até se compraz «Lázaro está morto e fico feliz por

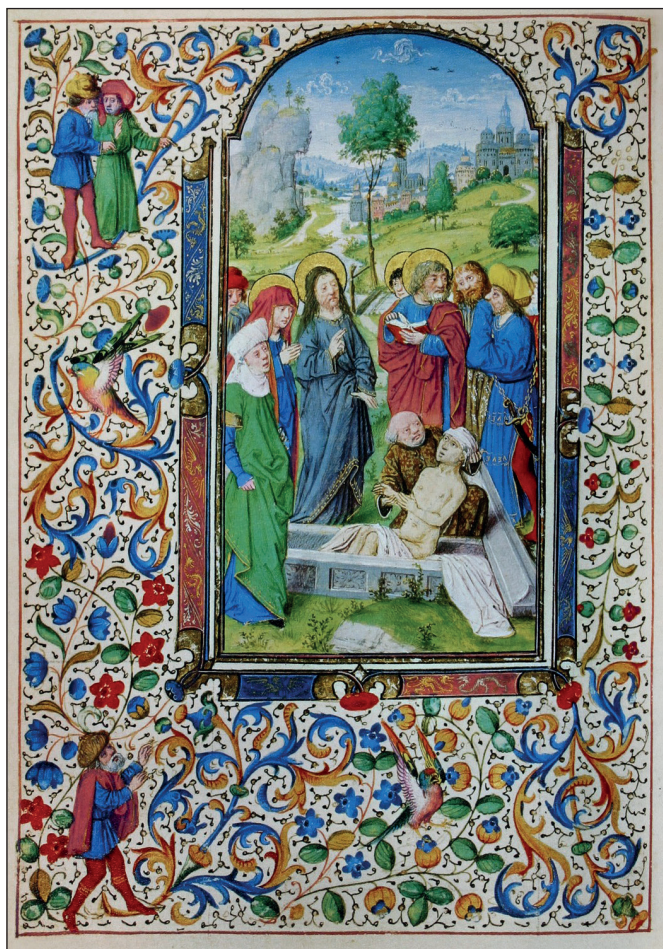


não ter estado lá para que vocês acreditem».

Essas são palavras fortes, quase uma bomba contra todas as expectativas do bem que esse Jesus podia fazer. Mas, se pensarmos bem, essa é a forte resposta que Jesus deu – no episódio das tentações – ao demônio que lhe ordenou que se jogasse do templo por um milagre simples. Ele não está disposto para essa comédia mágica, mas tem uma opinião diferente: somente no terceiro dia Ele opera, e o faz trazendo de volta à vida uma pessoa querida por Ele. Diante dele estão a doença e a morte, mas também – como aconteceu no domingo passado – o pensamento parcial e errôneo do homem, pronto para restringir em suas próprias categorias, e isso até mesmo em boa fé. Mas é exatamente o terceiro dia que desfaz tudo isso.

Ao chegar ao local do acontecimento, Jesus ouviu a frase de Marta, que pertence à humanidade que crê e que, todavia, precisa de mais conforto: «Senhor, se estivesse aqui, meu irmão não teria morrido».

Uma frase muito humana que, sem dúvida, também nos ocorreu, se não de dizê-la, pelo menos pensá-la quando nos deparamos com a perda de um ente querido. E isso



acontece toda vez que nos deparamos com o irreparável, com a dificuldade que produz ou produziu um resultado negativo. Uma frase que depois encontra solução naquela profissão de fé que leva a própria Marta a apelar para o último dia: «Eu sei que ele ressuscitará no último dia». Isso é justo porque reflete a fé de Israel, mas é parcial: Jesus é o último dia, aliás, o Primeiro e o Último, conforme enfatizado em Apocalipse: a primeira e a última palavra sobre nossa vida.

Portanto, Jesus gradualmente toma as duas irmãs pela mão: o sinal não é automático, mas adquire significado e força das suas palavras que insistem na única atitude que o homem pode usar contra o mal em todas as suas manifestações, inclusive a morte.

Palavras fortes: «Quem crer em mim, mesmo se morrer,

viverá; quem vive e crê em mim não morrerá eternamente. Creem nisto»? A fé que leva à proximidade, à comunhão ativa entre o homem e Deus, fé que entra em uma nova dimensão, a de adquirir vida em sua plenitude. Fé que é um elemento comum e presente nos dois episódios da Samaritana e do cego.

A glória de Deus passa por essa fé e aqui está o sinal de vida para Lázaro, mas também para os presentes.

No centro não está apenas o homem Lázaro, amarrado e amordaçado, que foi colocado no túmulo e que agora está se movendo (e a quem Deus realmente ajudou, recordemos o Lázaro que vive sob a mesa do rico e que Deus realmente acolhe em seu Reino): esse Lázaro, irmão de Marta e de Maria ressuscitado, é um sinal do que acontecerá com aqueles que mantiverem o vínculo com Cristo; um vínculo ditado, marcado pela fé. Em segundo lugar, é a mesma fé, dom de Deus, que fecunda nossa vida e nossa passagem até mesmo por situações negativas.

Juntamente com o sinal de Lázaro, outro milagre surge no horizonte, e João conclui o episódio com ele: «Muitos dos Judeus, ao verem o que ele havia feito, creram nele.

Muitos dos Judeus, vendo o que ele havia feito, creram N'ele».

Acontece como para os Samaritanos, que, inicialmente inimigos dos Judeus, reconhecem Cristo como o Salvador do mundo.

Tudo isso é indicativo da aurora da ressurreição que espalha uma luz que consegue quebrar alguns corações fechados e a vencer a escuridão e a dureza. É a vitória do Espírito de Cristo sobre o domínio da carne e do pensamento de acordo com essa carne. Vitória que será concretizada com a Páscoa já próxima.



